

Con-Gran Política econômica entrou em colapso e só choque resolve

Kido Guerra

A perspectiva de uma inflação em outubro próxima à preocupante taxa de 28%, ou, numa hipótese otimista, em torno de 27% — um novo recorde é inevitável e o INPC de 26,93% confirma essas previsões — coloca o governo diante de uma cruel realidade: a política econômica entrou em colapso e a única alternativa a médio prazo de se evitar a hiperinflação é um choque na economia, via desindexação. Ao mesmo tempo, os ministros da área econômica têm a certeza de que, hoje, qualquer choque tende a fracassar e só será promovido este ano, em caráter emergencial, se em novembro o descontrole da inflação for total.

Mesmo assim, não duraria muito tempo. Não existem, no momento, condições objetivas, políticas ou econômicas para a promoção de um programa de estabilização com possibilidades de êxito. Esta tem sido a tônica das discussões internas entre os ministros da Fazenda e do Planejamento com seus assessores e economistas que não integram a equipe do governo. O diagnóstico é claro: enquanto não se tiver a certeza de que a meta de um déficit público, em 1989, de 2% do Produto Interno Bruto, será atingida, qualquer esforço será em vão.

Equilíbrio — Um colaborador do ministro Mailson da Nóbrega explica que um choque permite o aumento das receitas da União, pois se reduz, sensivelmente, a erosão dos tributos provocada pela inflação. Além disso, gera teoricamente a disposição e a possibilidade das pessoas pouparem mais (ou seja, gastarem menos), o que também faz diminuir a necessidade de o governo emitir moeda e títulos para financiar sua dívida, materializando-se assim outra forma de diminuição do déficit, que sendo pequeno, ou pelo menos numa posição de equilíbrio, acabaria praticamente zerado.

Ao contrário, diz esse economista, a promoção de um choque num quadro de déficit público elevado, como o que existia por ocasião do Plano Bresser, aumenta as pressões sobre o setor privado, que tem sua poupança sugada pelo setor público. Isso, além de inibir os investimentos, e consequentemente o crescimento econômico, gera ainda mais déficit, com emissão exacerbada de títulos do governo para financiar sua dívida.

Sem condições — O economista Paulo Guedes, vice-presidente do Ibmec (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) salienta que nem essa condição básica para a efetivação de um choque bem sucedido — um déficit pequeno — está assegurada. Também é dele a avaliação de que o governo precisaria do apoio de toda a sociedade, principalmente do Congresso, cujo aval, lembra, é indispensável.

Outros elementos mais objetivos, como o reaquecimento da economia a partir de agosto e a impossibilidade de reversão desse processo, principalmente em novembro e dezembro — meses em que tradicionalmente ocorre uma concentração de produção e vendas — também precisam ser levados em consideração, segundo Paulo Guedes. Um choque, numa realidade em que a explosão monetária é agravada pelos dissídios coletivos dos últimos dois meses do ano, dificilmente sobreviveria ao fenômeno da inflação de demanda, em que a oferta é inferior à procura, provocando alta artificial nos preços. Ou seja, haveria inflação no período pós-choque, caso ele fosse deflagrado em novembro ou dezembro.

Um combate à inflação nessas condições, portanto, seria ingênuo: "Em três ou quatro meses, o programa fracassa e dificilmente escaparemos da hiperinflação", observa o economista, que julga o mês de janeiro ideal para a promoção de um plano de estabilização econômica.

JORNAL DO BRASIL

16 OUT 1988

Adiando — Difícil, porém, é chegar lá sem maiores traumas. Desde julho, quando o IPC superou a marca de 24%, ficou claro o início do colapso.

Após a artificialidade do IPC de

20,66%, em agosto, a inflação voltou a saltar para 24,01% em setembro e novo salto é esperado para outubro, com base no INPC de setembro, que bateu em quase 27%.

"Se há duas semanas havia alguma possibilidade de que o IPC de outubro iria ficar abaixo do INPC de setembro, ela deixou de existir quando vieram os boatos em torno da criação de uma nova moeda", diz o economista Eduardo Modiano, da PUC/Rio, referindo-se à divulgação do chamado Plano Real, elaborado pelo professor Francisco Lopes.

Para Modiano, só resta ao governo no momento evitar que a inflação de novembro chegue a 30%, o que tornaria quase irreversível a promoção de um choque, embora sem condições objetivas de êxito. Paralelamente, o governo precisa aproveitar os próximos meses para tentar criar essas condições, ou seja, ganhar tempo.

É o que Paulo Guedes qualifica de período de transição. Sua receita para atravessar essa fase reúne elementos de políticas monetária e fiscal — juros altos e menos gastos públicos — mas passa pela efetivação de um pacto social bancado pelo próprio governo, em que uma das primeiras medidas seria a otimização de preços e salários. Trabalhadores já reivindicam essa conquista e o ministro Mailson da Nóbrega — talvez influenciado pelas recentes conversas com economistas de fora do governo — começa a considerá-la simpática.

Um programa mais abrangente de estabilização econômica viria em seguida, na opinião de Paulo Guedes, mas exigiria uma ampla reforma, partindo de um fato inédito na história econômica do Brasil: a independência do Banco Central em relação ao Executivo, ao lado da devolução ao Congresso Nacional da prerrogativa de decidir por maioria de votos quais os subsídios, incentivos e isenções fiscais previstos no orçamento da União, para evitar gastos adicionais. Medidas adicionais de enxugamento da máquina administrativa, equacionamento da questão da dívida externa e a criação de um sistema flexível de câmbio completam a receita de Paulo Guedes.

Paulo Guedes

